TE-000003189-1



Resultado primário e despesa com pessoal no Rio Grande do Sul —1987-93*

Roberto Calazans**

O presente trabalho objetiva expor, ainda que de forma breve, a relação entre a geração do superávit primário e o controle dos gastos não financeiros, principalmente pessoal, durante o período em foco. Ademais, apresenta os resultados da elaboração de uma série estatística sobre o comportamento das despesas com pessoal da Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul no período 1987-93.

É recorrente em estudos que tratam sobre o tema, analisar basicamente o agregado pessoal a partir de valores anuais, deflacionados por um índice de preço médio anual (geralmente, IGP-DI médio). A variável real, resultante do deflacionamento dos dados anuais, indica o comportamento do agregado estudado, contudo as taxas de crescimento dos valores reais não incorporam o efeito da inflação mensal, já que apenas se trabalha com dados anuais e com índices de preço médio. Distintamente, torna-se mais conveniente dispor de valores mensais deflacionados pelo índice de preço do mês respectivo. As taxas de crescimento advindas desta última metodologia tendem a ser mais consistentes do que as obtidas pela primeira. Por esse motivo, a maioria das publicações sobre finanças públicas elabora séries temporais com dados deflacionados mensalmente.

No que se refere à questão do agregado pessoal, percebe-se a escassez de análises mais pormenorizadas sobre esse tema, que especifiquem o comportamento dessa variável por órgão ou por quadro funcional. De forma mais precisa, existe uma gama de informações sobre o agregado pessoal em termos nominais. A análise real é realizada através do primeiro método, carecendo-se de outras séries temporais que incorporem o efeito da inflação sobre o fluxo de valores mensais. Além disso, ressente-se da elaboração dos seguintes indicadores: salário médio real por quadro funcional e salários relativos entre os órgãos. Convém salientar, ainda, que existe certo descompasso entre as fontes de dados primários, já que se percebe a dificuldade de se elaborar uma série mensal homogênea (com valores de competência ou de caixa) sobre o comportamento desse agregado.

Em face disso, pretende-se aqui construir uma série temporal que indique a evolução dos salários e encargos no período 1987-93, a partir de valores reais obtidos pelo deflacionamento mensal. Para tal, recorreu-se às seguintes fontes primárias de dados mensais: (a) Relatório da Superintendência de Pessoal da Secretaria da Fazenda (RDDP820), o qual expõe os valores brutos de pessoal por órgão da Admi-

^{*} Dados disponíveis até março de 1994.

^{**} Professor da UNISINOS e Economista da Secretaria da Fazenda/GOF.

nistração Direta; e o (b) **Resumo Mensal Geral das Despesas com Pessoal do Grupo Econômico Estadual**, elaborado pelo Grupo de Assessoramento Especial (GAE). Com base nesses dados nominais, construiu-se a série de valores reais mensais através da utilização do IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas. A partir desses dados, pode-se vislumbrar a evolução dos gastos de pessoal na Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul.

Prescindindo-se de uma análise descritiva, são indicadas breves observações sobre a questão atinente ao agregado pessoal. Note-se que não se aduz nenhuma análise própria quanto a indicadores de emprego, seja na Administração Direta, seja na Indireta. O presente trabalho, certamente, tornar-se-ia mais completo com a construção de indicadores de emprego médios anuais, contudo os dados ainda não estão disponíveis para a presente análise.

No que concerne ao controle da despesa pública, verifica-se que o agregado pessoal tem sido uma das variáveis essenciais na geração da poupança corrente e no ajustamento das contas públicas da Administração Direta do Estado. Face à política monetária ativa, encaminhada pelo Governo Federal durante o período 1991-93, e às dificuldades impostas pela rolagem da dívida dos estados para com a União, ocorreu a expansão dos componentes financeiros (operações de crédito e serviço da dívida), que dificultaram a manutenção do equilíbrio operacional das finanças estaduais.

Para melhor explicitar a relação entre o resultado operacional e o agregado pessoal, são, agora, demonstradas as noções contábeis de poupança corrente e de resultados operacional e orçamentário por intermédio de simples manipulações de identidades.

Nas Contas Nacionais, a poupança pública, Sg, é obtida pela diferença entre as receitas correntes e as despesas correntes, Gc:

$$Sg = T - Gc (1)$$

onde

T = tributos diretos e indiretos, exclusive transferências e subsídios; Gc = gastos correntes, incluindo os juros da dívida.

Ao se descontarem da poupança pública os gastos de investimentos, Ig, define-se a necessidade de financiamento do setor público, que se traduz na forma de um déficit ou ou de um superávit (Dg):

$$Dg = Sg - Ig (2)$$

De outra parte, para avaliar a magnitude da poupança pública do setor estadual, recorreu-se, inicialmente, à mesma definição das Contas Nacionais. Todavia a aplicação desse conceito para a esfera estadual pode sofrer algumas modificações devido aos critérios diversos existentes para mensuração do déficit público. Note-se que, nas Contas Nacionais, se incluem os juros da dívida interna nos gastos correntes. Ao contrário disso, pretende-se aqui descontar todas as variáveis financeiras (operações de crédito e serviço da dívida), de forma a dimensionar o resultado orçamentário antes do investimento.

Suponha-se uma dada capacidade de arrecadação do setor público estadual, RP, e que o resultado antes investido, Sg, seja dado por:

$$Sg = RP - DC'$$
 (3)

onde

RP = receita própria, obtida através da soma da receita corrente com as outras receitas de capital (receita de capital menos operações de crédito). De forma análoga, o mesmo resultado pode ser obtido descontando-se da receita total as operações de crédito;

DC'= despesas correntes ajustadas (excluem-se os encargos da dívida).

Isso implica que:

$$RP = Sq + DC'$$
 (4)

Por outro lado, as despesas totais do setor público estadual são dadas por:

$$DT = DC' + I (5)$$

onde

I = investimentos = despesa de capital menos amortização da dívida.

Logo, em equilíbrio operacional, sem a introdução das variáveis financeiras (operações de crédito e serviço da dívida pública), pode-se afirmar que:

$$RP - DC' = Sg + DC' - DC' - I = Sg - I = 0$$
 (6)

Observa-se, pois, que a receita própria menos as despesas correntes, que expressam os gastos com manutenção dos serviços básicos e o custeio da máquina administrativa, é igual a poupança corrente menos investimentos.

Se se introduzirem as variáveis financeiras, a identidade (6) pode ser reescrita em termos dos resultados operacional e orçamentário (R.). De forma convencional, a Secretaria da Fazenda do RS define o resultado operacional (primário) através de (7) e o resultado orçamentário (8) como segue:

R. orçamentário =
$$Sg - I - (0 + D)$$
 (8)

onde

0 = operações de crédito;

D = serviço da dívida pública.

O resultado operacional, tradicionalmente difundido pela Secretaria da Fazenda do RS, aproxima-se do conceito mais complexo de déficit primário, formulado pelo FMI. Através desse conceito, procura-se expurgar os efeitos da correção monetária e dos juros reais sobre o déficit público, indicando o resultado das contas públicas sem a introdução das variáveis financeiras.

Convém notar que as variáveis financeiras são de controle mais complexo, principalmente o serviço da dívida, em virtude da política monetária ativa, que tira graus de liberdade

para o equacionamento do resultado orçamentário. Na década de 80, o serviço da dívida representou 2,42% do PIBcf gaúcho, contra apenas 0,82% verificado na década anterior.

Pelo que se demonstrou em (7), através de simples tautologias contábeis, percebe-se que o equilíbrio operacional é obtido com a geração de poupança corrente, ou com a redução dos investimentos públicos. Além disso, a existência de resultado operacional positivo é fonte de recursos para fazer frente à rolagem da dívida pública. Dada a dificuldade de reduzir o fluxo de pagamentos do serviço da dívida, ou mesmo expandir a receita tributária, o ajustamento acaba se processando através da redução do agregado pessoal, ampliando a poupança corrente necessária para manter o fluxo de pagamento de amortização e de juros da dívida pública, bem como para garantir um nível razoável de investimentos.

Para melhor visualizar o nítido relacionamento entre a existência de resultado primário positivo e o controle do agregado pessoal, no caso específico do RS, são informados, na Tabela 1, os valores em dólares das identidades contábeis, anteriormente citadas, durante o período 1987-92.

Tabela 1

Déficit operacional (primário) no Rio Grande do Sul — 1987-92

					(US\$ milhões)		
IDENTIDADES CONTÁBEIS	1987	1988	1989	1990	1991	1992	
Receita própria Despesas correntes ajustadas Poupança pública Investimentos Resultado operacional Resultado com a dívida pública (ope-		2 650 1 926 724 325 398	3 156 2 376 780 578 201	2 961 2 813 148 623 -474	2 755 2 413 324 255 69	3 282 2 787 494 409 85	
rações de crédito - serviço da dí- vida pública)	-173 927 1 101	-546 335 882	-172 156 329	-351 778 427	-176 292 468	-284 401 685	

FONTE: BALANÇO GERAL DO ESTADO (1992). Porto Alegre: Secretaria da Fazenda.

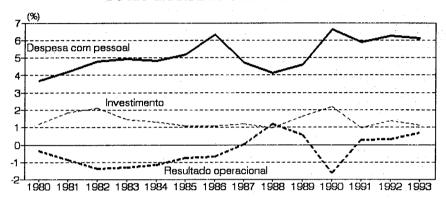
NOTA: 1. A preços médios de 1992.

2. O valor do dolar refere-se ao câmbio médio anual de 1992.

O Gráfico 1, por sua vez, revela as trajetórias da despesa de pessoal, do resultado operacional e do investimento, relacionados ao PIB gaúcho, na década de 80 e no início dos anos 90. De forma geral, pela simples observação do mesmo, percebe-se o comportamento inverso entre as duas primeiras variáveis, destacando-se as fases de ajustamento da despesa de pessoal ocorridas entre 1987-90 e 1991-93, bem como a de expansão verificada nos anos de 1986 e 1990. Curiosamente, o investimento oscila em torno do mesmo intervalo percentual, não se comportando como uma típica variável de ajuste da execução orcamentária.

GRÁFICO 1

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL DO RESULTADO OPERACIONAL E DO INVESTIMENTO EM RELAÇÃO AO PIB NOMINAL DO RIO GRANDE DO SUL — 1980-93



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda - RS. FFF

NOTA: Cálculos do autor.

No que concerne à evolução dos gastos de pessoal na Administração Direta do RS, a Tabela 2 ajuda a dimensionar os valores, em dólares de dezembro de 1993, destinados a cada Secretaria. Convém salientar que se optou pela utilização do câmbio daquele mês aplicado sobre a série de valores mensais, inflacionados a preços de dezembro de 1993. A conversão dos valores nominais mensais pelo dólar médio do mês equivalente traz problemas à série temporal, já que existem discrepâncias entre as variações dos preços internos e do câmbio.

De forma nítida, pelos dados apresentados, nota-se que, nos períodos 1987-89 e 1991-92, houve a ampliação da poupança corrente, combinando-se com a queda do valor real da folha de pessoal, com a decisão de ampliação do investimento público, ou com a elevação do serviço da dívida. De modo mais preciso, entre os anos de 1987 e 1989, houve nítido controle dos gastos de custeio, visando recuperar a capacidade de financiamento do Estado. Nesse período, optou-se pela busca do equilíbrio operacional, expresso no resultado operacional de US\$ 398 milhões em 1988. Naquele ano, houve a queda real de quase 20% no valor real da folha de pessoal. Os gastos com pessoal foram reduzidos de 83,6% da receita própria líquida (RPL) em 1986 para 60,6% em 1988; enquanto os gastos de manutenção caíram de 10,2% em 1986 para 7% nos três primeiros anos do Governo Simon. Em 1990, modificou-se a diretriz de política salarial adotada por aquele governo, reduzindo-se a poupança corrente através da elevação dos gastos com pessoal (81% da RPL) e com manutenção (13,2% da RPL) (Tabela 3).

Tabela 2 Despesa anual com pessoal da administração Direta, por órgãos e secretarias, no Rio Grande do Sul — 1987-93

ÓRGÃOS	1,000		· 19	87	1 - 1		198	R			198	<u> </u>	2,5,		199	٦	
ORBAUS						<u> </u>	190				190				199	J	
ssembléia Legislativa				068		23	877	980		29	824	418			115		
ribunal de Contas				079		6	630	386			964			11	744	402	
ribunal de Justiça				993		61	574	889			454			81	356 730	170	
ribunal de Alçada		4	827	480		4	869	819		6	468	95/		6	/30	550	
ribunal de Justiça ribunal de Alçada uizado de Menores ustiça Militar do Estado.		1	617	393 538		2	508	934			512 933			- 2	864 971	610	
overno do Estado				808			713				014				895		
inistério Público				542				813			339				971		
rocuradoria Geral do Estado				156				474			.315				307		
ecretaria da Cultura		, 0	5.0	0			0,0	0				0			501	0	
ecretaria da Justiça, Trabalho e																	
Cidadaniaecretaria do Planejamento e da		15	780	910		13	909	542		15	677	529		18	371	148	
ecretaria do Planejamento e da																	
Admininistração		4	447	634		3	632	087		4	176	942		3	988	184	
ecretaria da Agricultura e Abas-		0.0	007	270		10	013					070				000	
tecimentoecretaria de Desenvolvimento Eco-		26	231	378		18	913	564		20	001	2/0		22	662	033	
nômico e Social			670	535			272	347			275	270			260	436	
ecretaria de Energia, Minas e Co-			3/0	333			314	347			3/3	270			300	430	
municação			266	053			247	626			261	516			237	630	
cretaria dos Transportes				945				675				054				283	
ecretaria da Educação		584		563		413		650		532	541			570	321		
ecretaria da Saúde e Meio Ambiente				929				757			045				797		
ecretaria de Planejamento Terri-																	
torial e Obras		3	514	365		2	725	991		2	814			2	880		
ecretaria de Segurança Pública				0				0				0				. 0	
igada Militar		247	467	546				936			607)	
olicia Civil		/3	989	191		63	344	246		71	159			76	627		
ecretaria de Ciência e Tecnologia				0				0				0				0	
Total de ativos da Administração Direta		100	127	407		05.2	202	420		1 183	000	000		001	191	660	
Direta	1													901	191	000	
ocargos financoiros do Estado	. 1	188					028	067		521	226	453		6/12	260		
ncargos financeiros do Estado dministração Direta		470 659	915 052	303 710			928 220			1 705	226 216			542 1 524		050	
ncargos financeiros do Estado		470	915	303 710		435			199	1 705				542 1 524	869 061 199	050	
ncargos financeiros do Estado dministração Direta ÓRGÃOS		470 659	915 052 19	303 710 91		435		487		1 705				1 524	199	050	
ncargos financeiros do Estado dministração Direta ÓRGÃOS ssembléia Legislativa		470 659	915 052 19 430	303 710 91		435		487	9 96	1 705				32	199	050 3 753	
ocargos financeiros do Estado de inistração Direta de inistração Direta de inistração GRGÃOS de inistração de inis		470 659 29 12	915 052 19 430 295	303 710 91 197 029		435		487 2 1	9 96: 3 91	1 705 2 3 443 4 739				32 16	199 750 582	753 965	-
ocargos financeiros do Estado dministração Direta ÓRGÃOS ssembléia Legislativa ibunal de Contas ribunal de Justiça		470 659 29 12 75	915 052 19 430 295 239	303 710 91 197 029 507		435		487 2 1 7	9 96: 3 914 5 260	1 705 2 3 443 4 739 5 498			wor	32 16 83	199 750 582 607	753 965 897	-
ocargos financeiros do Estado		29 12 75 7	915 052 19 430 295 239 055	303 710 91 197 029		435		2 1 7	9 96: 3 91: 5 26: 8 10:	1 705 2 3 443 4 739 5 498 5 227				32 16 83 8	199 750 582	753 965 897 548	
óRGÃOS ssembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Alçada ibunal de Alçada		29 12 75 7 2	915 052 19 430 295 239 055 001	303 710 91 197 029 507 832		435		22 1 7	9 96: 3 91: 5 26: 8 10: 1 85:	1 705 2 3 443 4 739 5 498				32 16 83 8 2	750 582 607 948	753 965 897 548 979	-
óRGÃOS Ssembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Justiça ibunal de Michael de Michael izado de Menores sstiça Militar do Estado.		29 12 75 7 2 1 4	915 052 19 430 295 239 055 001 752 659	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504		435		22 1 7	9 96: 3 91: 5 26: 8 10: 1 85: 1 71: 6 39:	1 705 2 3 443 4 739 5 498 5 227 5 189 5 986 5 661				32 16 83 8 2 1 6	750 582 607 948 084 624 087	753 965 897 548 979 365 323	
ÓRGÃOS sembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Justiça ibunal de Alçada izado de Menores sistiça Militar do Estado.		29 12 75 7 2 1 4 26	915 052 19 430 295 239 055 001 752 659 448	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260		435		22 1 7	9 96: 3 91: 5 26: 8 10: 1 85: 1 71: 6 39: 7 27:	1 705 2 3 443 4 739 5 498 5 227 5 189 5 986 5 661 0 611				32 16 83 8 2 1 6 29	750 582 607 948 084 624 087 861	753 965 897 548 979 365 323 934	
ORGÃOS sembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Justiça ibunal de Alçada iizado de Menores setiça militar do Estado verno do Estado nistério Público couradoria Geral do Estado		29 12 75 7 2 1 4 26 11	915 052 19 430 295 239 055 001 752 659 448 841	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260 471		435		2 1 7	9 96: 3 914 5 26: 8 10: 1 85: 1 71: 6 39: 7 27: 1 65:	1 705 2 3 443 4 739 5 498 5 227 5 189 5 986 6 661 0 611 2 093				32 16 83 8 2 1 6 29	750 582 607 948 084 624 087 861	753 965 897 548 979 365 323 934 757	-
óRGÃOS Sembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Justiça ibunal de Alçada izado de Menores setiga Militar do Estado verno do Estado inistério Público ocuradoria Geral do Estado		29 12 75 7 2 1 4 26 11	915 052 19 430 295 239 055 001 752 659 448 841	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260		435		2 1 7	9 96: 3 914 5 26: 8 10: 1 85: 1 71: 6 39: 7 27: 1 65:	1 705 2 3 443 4 739 5 498 5 227 5 189 5 986 5 661 0 611				32 16 83 8 2 1 6 29	750 582 607 948 084 624 087 861	753 965 897 548 979 365 323 934 757	-
ORGÃOS Ssembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Justiça ibunal de Alçada zizado de Menores sistiça Militar do Estado sverno do Estado cocuradoria Geral do Estado		29 12 75 7 2 1 4 26 11 1	915 052 19 430 295 239 055 001 752 659 448 841 634	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260 471 636		435		22 1 7	9 96: 3 91: 5 26: 8 10: 1 85: 1 71: 6 39: 7 27: 1 65: 1 59:	1 705 2 3 443 4 739 5 498 6 227 5 189 5 966 5 966 10 611 2 093 0 804				32 16 83 8 2 1 6 29 12 1	750 582 607 948 084 624 087 861 065 950	753 965 897 548 9365 323 934 757 694	-
ORGÃOS Sembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Justiça ibunal de Alçada izado de Menores sistiça Militar do Estado overno do Estado ocuradoria Geral do Estado ocuradoria Geral do Estado cocuradoria Geral do Estado		29 12 75 7 2 1 4 26 11 1	915 052 19 430 295 239 055 001 752 659 448 841 634	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260 471		435		22 1 7	9 96: 3 91: 5 26: 8 10: 1 85: 1 71: 6 39: 7 27: 1 65: 1 59:	1 705 2 3 443 4 739 5 498 5 227 5 189 5 986 6 661 0 611 2 093				32 16 83 8 2 1 6 29 12 1	750 582 607 948 084 624 087 861	753 965 897 548 9365 323 934 757 694	
ORGÃOS Sembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Contas ibunal de Alçada izado de Menores setiça Militar do Estado overno do Estado ocuradoria Geral do Estado cocuradoria Geral do Estado cocuradoria Geral do Estado cocuradoria Geral do Estado cocuradoria da Cultura ceretaria da Justiça, Trabalho e Cidadamia ceretaria do Planejamento e da		29 12 75 7 2 1 1 4 26 11 1 1	915 052 19 430 295 239 055 001 752 659 448 841 634 285	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260 471 636		435		22 1 7	9 96: 3 91: 5 26: 8 10: 1 85: 1 71: 6 39: 7 27: 1 65: 1 59:	1 705 2 3 443 4 739 5 428 5 428 5 189 5 986 5 661 0 611 2 093 0 804				32 16 83 8 2 1 6 29 12 1	750 582 607 948 084 624 087 861 065 950 441	753 965 897 548 979 365 323 934 757 694	
ORGÃOS ORGÃOS Sembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Justiça ibunal de Alçada jizado de Menores sistiça Militar do Estado verno do Estado verno do Estado cocuradoria Geral do Estado cocuradoria Geral do Estado cocuratoria Geral do Estado cocuratoria Geral do Estado cocuratoria Geral do Estado cocuratoria da Cultura cocuratoria da Justiça, Trabalho e Cidadania Planejamento e da Admininistração		29 12 75 7 2 1 1 4 26 11 1 1	915 052 19 430 295 239 055 001 752 659 448 841 634 285	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260 471 636		435		22 1 7	9 96: 3 91: 5 26: 8 10: 1 85: 1 71: 6 39: 7 27: 1 65: 1 59:	1 705 2 3 443 4 739 5 498 6 227 5 189 5 966 5 966 10 611 2 093 0 804				32 16 83 8 2 1 6 29 12 1	750 582 607 948 084 624 087 861 065 950	753 965 897 548 979 365 323 934 757 694	
ORGÃOS SSEMBLÍGIA LEGISLATIVA		29 12 75 7 26 11 1 17 3	915 052 19 430 295 239 055 001 7529 448 841 634 285	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260 471 636 655 778		435		22 1 7 7 2 2 1 2 2	9 96. 3 914 5 266 8 106 1 856 1 716 6 399 7 270 1 653 1 590 1 200 3 800	1 705 2 3 443 4 739 6 498 6 227 5 189 6 986 6 61 0 611 2 093 0 804 0 687 2 011				32 16 83 8 2 1 6 29 12 1 19	750 582 607 948 624 084 624 085 950 441	753 965 897 548 979 365 323 934 757 694 878 314	
ÓRGÃOS Sembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Justiça ibunal de Justiça ibunal de Alçada uizado de Menores sustiça Militar do Estado overno do Estado overno do Estado overtaria da Cultura coretaria da Justiça, Trabalho e Cidadania ceretaria da Justiça, Trabalho e Cidadania Adminimistração occretaria da Justiça, Trabalho e Adminimistração occretaria da Agricultura e Abas- tecimento		29 12 75 7 26 11 1 17 3	915 052 19 430 295 239 055 001 7529 448 841 634 285	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260 471 636		435		22 1 7 7 2 2 1	9 96. 3 914 5 266 8 106 1 856 1 716 6 399 7 270 1 653 1 590 1 200 3 800	1 705 2 3 443 4 739 5 428 5 428 5 189 5 986 5 661 0 611 2 093 0 804				32 16 83 8 2 1 6 29 12 1 19	750 582 607 948 084 624 087 861 065 950 441	753 965 897 548 979 365 323 934 757 694 878 314	
ORGÃOS Sembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Justiça ibunal de Alçada izado de Menores stiça Militar do Estado verno do Estado instério Público couradoria Geral do Estado coretaria da Cultura coretaria da Justiça, Trabalho e Cidadania coretaria do Planejamento e da Admininistração courado da Agmicultura e Abastecimento coretaria da Agricultura e Abastecimento coretaria da Agricultura e Abastecimento coretaria de Desenvolvimento Eco-		29 12 75 7 26 11 1 17 3	915 052 19 430 295 239 055 001 752 659 448 841 634 285 001 320	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260 471 636 655 778 617		435		22 1 7 7 2 2 1	9 96: 3 91: 5 26: 8 10: 1 85: 1 71: 6 39: 7 27: 1 65: 1 59: 1 20: 3 80: 6 73:	1 705 2 3 443 4 739 5 297 5 189 5 986 5 661 1 2 093 0 804 0 687 2 011 3 287				32 16 83 8 2 1 6 29 12 1 19	750 582 607 948 084 624 087 861 065 950 441 536	050 3 753 965 897 548 979 365 323 934 757 694 878 314	
ÓRGÃOS Seembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Contas ibunal de Justiça ibunal de Alçada jizado de Menores setado verno do Estado veretaria de Cultura ceretaria da Cultura ceretaria da Cultura ceretaria da Justiça, Trabalho e Cidadamia ceretaria do Austiça, Trabalho e ceretaria da Geral do Estado ceretaria da Geral do Estado ceretaria da Cultura ceretaria da Cultura ceretaria da Cultura ceretaria da Agricultura e Abas- tecimento ceretaria de Desenvolvimento Eco- nômico e Social ceretaria, Minas e Co-		29 12 75 7 26 11 1 17 3	915 052 19 430 295 239 055 001 752 659 448 841 634 285 001 320	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260 471 636 655 778 617 330		435		22 1 7 7 2 2 1	9 96.3 3 91.5 5 26.6 8 100 1 71.6 6 39.7 7 27.7 1 65.3 1 59.0 1 20.0 3 80.0 6 73.3	1 705 2 2 3 443 4 739 5 498 5 227 5 189 5 986 5 661 2 093 0 804 0 687 2 011 3 287 4 875				32 16 83 8 2 1 6 29 12 1 19	750 582 607 948 084 624 087 861 950 441 536 168	050 33 753 965 897 548 979 365 323 934 757 694 878 314 648 687	
ORGÃOS Sembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Contas ibunal de Justiça ibunal de Alçada izado de Menores stado mistério Público cocuradoria Geral do Estado cretaria da Cultura cretaria da Cultura cretaria da Justiça, Trabalho e Cidadania mistração cretaria da Agricultura e Abastecimento		29 12 75 7 26 11 1 17 3	915 052 19 430 295 239 055 001 752 659 448 841 634 285 001 320 253 168	303 710 91 197 029 507 832 482 482 471 504 260 677 636 677 831 636 677 831 832 833 833 833 833 833 833 833 833 833		435		22 1 7 7 2 2 1	9 96 8 100 1 855 1 711 6 6 39 1 7 270 1 6 5 9 1 2 2 0 0 3 8 0 6 7 3 2 5 5 6 7 2 5 6 7 2 5 6 7 2 5 6 7 2 5 6 7 2 5 6 7 2 5 6 7 3 6 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 2 5 6 7 3 7 3 7 3 7 3 7 3 7 3 7 3 7 3 7 3 7	1 705 2 2 3 443 4 739 6 498 5 227 7 10 661 1 0 613 0 804 0 687 2 011 3 287 4 875 5 625				32 16 83 8 2 1 6 29 12 1 19	750 582 607 948 084 624 087 861 065 950 441 536 896 262	050 33 753 965 897 548 979 365 323 934 757 694 878 314 648 687 472	
ÓRGÃOS sembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Oustiça ibunal de Alçada izado de Menores sistiga militar do Estado verno do Estado mistério Público couradoria de al Justiça, irabalho e Cidadania cretaria da Cultura cretaria da Justiça, Trabalho e Cidadania cretaria da Agricultura e Abastecimento concretaria da Agricultura e Abastecimento concretaria de Desenvolvimento Econômico e Social cretaria de Energia, Minas e Comunicação cretaria dos Transportes		29 12 75 7 22 1 4 26 11 1 17 3	915 052 19 430 239 055 001 752 659 448 841 634 285 001 320 253 168 336	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 471 636 655 778 617 330 136 923		435		22 1 7 7 2 1 1 2	9 963 3 914 5 200 1 855 1 711 6 391 7 271 1 655 1 200 3 800 6 733 954 255 33	1 705 2 2 3 443 4 739 5 498 5 227 5 189 6 5 661 1 0 611 2 093 8 004 0 687 2 011 3 287 4 875 5 625 5 637				322 166 833 8 2 2 1 1 6 6 9 12 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	750 582 607 948 084 624 087 861 1065 950 441 536 168 896 262 585	050 3 753 965 897 979 365 323 323 323 757 694 878 314 648 687 472 771	
ORGÃOS Sembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Justiça ibunal de Alçada izado de Menores stiça Militar do Estado verno do Estado cocuradoria Geral do Estado cocuradoria Geral do Estado cocuradoria Geral do Estado cocuradoria de Cultura coretaria da Cultura coretaria do Planejamento e da Admininistração de Cocuradoria de Cocuradoria de Cocuradoria do Planejamento e da Admininistração cocuradoria da Agricultura e Abastecimento cocurado de Energia, Minas e Communicação coretaria de Energia, Minas e Communicação coretaria dos Transportes coretaria do Energia, Minas e Communicação coretaria dos Transportes coretaria dos Caractaria dos Energia, Minas e Cocuratiria dos Energia da Educação cocuratiria dos Caractaria dos Caractarias dos Caractari		29 12 75 7 2 1 4 266 11 1 17 3	915 052 19 430 2239 055 001 752 659 448 841 634 285 001 320 253 168 336 336 330	303 710 91 197 029 507 482 419 504 471 636 655 778 617 330 136 923 743		435		22 1 7 7 2 1 1 41	9 96 3 91 5 266 8 100 1 85 1 71 6 39 7 1 65 1 59 1 20 3 80 6 73 95 25 53 6 81	1 705 2 2 2 2 2 3 3 443 3 4739 5 498 6 227 9 86 6 6 6 1 1 2 093 0 804 0 687 2 0 1 1 3 287 4 875 6 625 6 637 4 875				32 16 83 8 2 1 1 6 29 12 1 1 19 3 14 4 388	750 582 607 948 084 624 087 861 168 950 441 536 168 896 262 585 675	050 753 965 548 979 365 323 934 757 694 878 314 648 687 472 771 005	
ÓRGÃOS Sembléia Legislativa - ibunal de Contas - ibunal de Contas - ibunal de Justiça - ibunal de Justiça - ibunal de Alçada - izado de Menores - sistiça Militar do Estado - overno do Estado - overnadoria Geral do Estado - overadoria do Planejamento e da - Admininistração - overetaria do Planejamento e da - Administração - overetaria de Desenvolvimento Eco monico e Social - overetaria de Energia, Minas e Co municação - overetaria dos Transportes - overetaria do Sudde e Meio Ambiente		29 12 75 7 2 1 4 266 11 1 17 3	915 052 19 430 2239 055 001 752 659 448 841 634 285 001 320 253 168 336 336 330	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 471 636 655 778 617 330 136 923		435		22 1 7 7 2 1 1 41	9 96 3 91 5 266 8 100 1 85 1 71 6 39 7 1 65 1 59 1 20 3 80 6 73 95 25 53 6 81	1 705 2 2 3 443 4 739 5 498 5 227 5 189 6 5 661 1 0 611 2 093 8 004 0 687 2 011 3 287 4 875 5 625 5 637				32 16 83 8 2 1 1 6 29 12 1 1 19 3 14 4 388	750 582 607 948 084 624 087 861 1065 950 441 536 168 896 262 585	050 753 965 548 979 365 323 934 757 694 878 314 648 687 472 771 005	
ORGÃOS SSEMBLÍGIA LEGISLATIVA - IDUNAL DE GESTADO ORGÃOS SSEMBLÍGIA LEGISLATIVA - IDUNAL DE GONTAS - IDUNAL DE GUSTAS - IDUNAL DE JUSTIÇA - IDUNAL DE GUSTAS - IDU		299 122 755 7 226 111 1 177 3 16	915 052 19 430 295 239 055 001 752 448 841 634 285 001 320 253 336 336 524	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260 471 636 655 778 617 330 136 923 743 639		435		2 1 1 2 41 3 3	9 96.6 3 91.5 5 26.8 8 10.0 1 85.1 7 11 65.1 1 590 1 200 3 800 6 73.3 95.6 81.4 7 12	1 705 2 2 2 3 3 443 4 739 5 498 6 227 6 189 6 986 6 661 7 2 011 3 287 4 875 6 625 6 637 4 827 1 175				322 16 833 8 22 16 6 29 12 1 1 19 3 144 3888 32	750 582 607 948 084 624 087 861 168 896 262 585 675 601	050 753 965 8897 548 979 3323 934 757 694 878 314 648 648 472 771 005 048	
ORGÃOS Ssembléia Legislativa ribunal de Contas ribunal de Contas ribunal de Alçada uizado de Menores sustiça Militar do Estado overno do Estado overno do Estado inistério Público rocuradoria Geral do Estado coretaria da Justiça, Trabalho e Cidadania secretaria do Planejamento e da Admininistração ceretaria da Agricultura e Abas- tecimento ceretaria da Agricultura e Abas- tecimento ceretaria de Estado ceretaria do Estado ceretaria da Reservolvimento Eco- nômico e Social ceretaria de Estado ceretaria da Estado ceretaria d		299 122 755 7 226 111 1 177 3 16	915 052 19 430 295 239 055 001 752 448 841 634 285 001 320 253 336 336 524	303 710 91 197 029 507 832 482 260 471 636 655 778 617 330 136 923 743 639		435		2 1 1 2 41 3 3	9 96.6 3 91.5 5 26.8 8 10.0 1 85.1 7 11 65.1 1 590 1 200 3 800 6 73.3 95.6 81.4 7 12	1 705 2 2 3 443 4 739 5 498 5 227 5 189 5 986 661 2 093 0 687 2 011 3 287 4 875 6 625 6 637 4 875 6 175 6 33 8 34				322 16 833 8 22 16 6 29 12 1 1 19 3 144 3888 32	750 582 607 948 084 624 087 861 168 950 441 536 168 896 262 585 675	050 753 965 897 548 979 365 323 757 694 878 314 648 687 472 771 005 048 744	
ORGÃOS SSEMBIÉIA LEGISIATIVA TIDUMAI DE CONTAS TIDUMAI DE CONTAS TIDUMAI DE ALÇAD TIDUMAI DE STADO TORORDO DE STADO TORORDO DE STADO TORORDO DE TORORDO T		299 12 75 7 2 2 1 1 4 26 11 1 1 1 1 1 1 6 441 38 2	915 052 19 430 295 239 055 001 752 659 448 841 634 285 001 320 253 168 336 336 524	303 710 91 197 029 507 832 419 504 260 678 617 330 136 923 743 639 798 0		435		2 1 1 2 41 3 3	9 96.6 3 91.5 5 26.8 8 100.1 8 85.1 1 6 39.7 7 27.7 1 65.5 1 59.6 1 20.0 3 80.3 95.6 25.5 53.6 6 81.4 7 12 2 31.3	1 705 2 2 3 443 4 739 9 6 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1				32 16 83 8 2 1 1 6 29 12 1 1 19 3 14 388 32 2	750 582 607 948 084 624 087 851 536 168 896 262 585 675 601 274	050 753 965 897 548 979 3365 323 934 757 694 878 314 648 648 472 771 472 771 005 0048	
ORGÃOS Ssembléia Legislativa ribunal de Contas ribunal de Contas ribunal de Alçada Jizado de Menores Sistiça Militar do Estado Sverno do Estado Sveretaria da Cultura Scretaria da Justiça, Trabalho e Cidadania Scretaria do Planejamento e da Admininistração Scretaria da Agricultura e Abas- tecimento Scretaria da Desenvolvimento Eco- nômico e Social Scretaria de Energia, Minas e Co- municação Scretaria da Educação Scretaria da Educação Scretaria da Educação Scretaria da Saúde e Meio Ambiente Scretaria da Súde e Meio Ambiente Scretaria de Planejamento Terri- torial e Obras Scretaria do Segurança Pública rigada Militar		29 12 75 7 22 1 1 4 26 11 1 17 3 16	915 052 19 430 295 239 001 752 659 448 841 634 285 001 320 253 336 336 524 001	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260 655 778 617 330 136 923 743 639 798		435		22 17 2 13 33	9 96.3 3 91.5 5 26.8 1 00.5 1 71.6 6 39.7 7 27.7 1 65.3 1 59.6 3 80.3 95.4 25.5 25.5 25.5 36.6 81.4 7 12.2 2 31.3 2 71.9	1 705 2 2 3 443 4 739 6 498 6 227 6 189 6 5 66 6 5 66 6 5 66 6 5 66 7 2 011 3 287 4 875 6 438 7 4 875 6 438 7 1 175 8 3 8 3 5 6 6 6 6 6 7 1 175				32 16 83 8 8 2 1 1 6 9 12 1 1 1 19 3 3 14 388 32 2 211	750 582 607 948 624 087 861 168 950 441 536 896 262 585 675 601 274	050 753 965 897 548 979 365 323 757 694 878 314 648 687 472 771 005 048 744 0988	
ORGÃOS Ssembléia Legislativa		29 12 75 7 22 1 1 4 26 11 1 17 3 16	915 052 19 430 295 239 001 752 659 448 841 634 285 001 320 253 336 336 524 001	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 471 636 655 778 617 330 743 639 798 0 8811		435		22 17 2 13 33	9 96.3 3 91.5 5 26.8 1 00.5 1 71.6 6 39.7 7 27.7 1 65.3 1 59.6 3 80.3 95.4 25.5 25.5 25.5 36.6 81.4 7 12.2 2 31.3 2 71.9	1 705 2 2 2 3 443 4 739 9 6 6 6 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1				322 166 833 8 8 2 2 1 1 19 3 3 14 388 32 2 2 211 41 41	750 582 607 948 084 624 087 441 536 453 665 950 441 536 675 601 274 582 974	050 33 753 965 897 9365 948 979 365 987 878 314 648 648 648 744 0 988 744 0 988 111	
ORGÃOS Seembléia Legislativa ibunal de Contas ibunal de Justiça ibunal de Justiça ibunal de Alçada izado de Menores sistiça Militar do Estado verno do Estado mistério Público rocuradoria Geral do Estado coretaria da Cultura ceretaria da Cultura ceretaria da Justiça, Trabalho e Cidadania ceretaria do Planejamento e da Admininistração ceretaria de Desenvolvimento Eco- nômico e Social ceretaria de Energia, Minas e Co- municação ceretaria da Educação ceretaria dos Transportes ceretaria da Saúde e Meio Ambiente ceretaria de Planejamento Terri- torial e Obras ceretaria de Planejamento Terri- torial e Obras ceretaria de Segurança Pública igada Militar ilícia Civil		29 12 75 7 22 1 1 4 26 11 1 17 3 16	915 052 19 430 295 239 001 752 659 448 841 634 285 001 320 253 336 336 524 001	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260 655 778 617 330 136 923 743 639 798		435		22 17 2 13 33	9 96.3 3 91.5 5 26.8 1 00.5 1 71.6 6 39.7 7 27.7 1 65.3 1 59.6 3 80.3 95.4 25.5 25.5 25.5 36.6 81.4 7 12.2 2 31.3 2 71.9	1 705 2 2 3 443 4 739 6 498 6 227 6 189 6 5 66 6 5 66 6 5 66 6 6 6 6 6 6 6 6 6				322 166 833 8 8 2 2 1 1 19 3 3 14 388 32 2 2 211 41 41	750 582 607 948 624 087 861 168 950 441 536 896 262 585 675 601 274	050 33 753 965 897 9365 948 979 365 987 878 314 648 648 648 744 0 988 744 0 988 111	
ORGÃOS Ssembléia Legislativa ribunal de Contas ribunal de Contas ribunal de Justiça ribunal de Justiça ribunal de Alçada Jizado de Menores Sistiça Militar do Estado Soverno do Estado Soverna da Cultura Soveretaria da Justiça, Irabalho e Cidadania Soveretaria do Planejamento e da Administração Soveretaria do Agnicultura e Abas- tecimento Soveretaria do Besenvolvimento Eco- nômico e Social Soveretaria de Energia, Minas e Co- municação Soveretaria da Saúde e Meio Ambiente Soveretaria da Saúde e Meio Ambiente Soveretaria de Planejamento Terri- torial e Obras Soveretaria de Segurança Pública rigada Militar Jifcia Civil Soveretaria de Ciência e Tecnologia Total de Ativos da Administração		29 12 75 7 7 2 1 1 4 266 111 1 1 1 1 7 3 1 6 6 1 4 4 1 1 3 8 2 2 9 1 6 1	915 052 19 430 295 239 055 001 752 448 841 634 285 001 320 253 363 363 363 363 373 001 873 873 874 875 875 875 875 875 875 875 875 875 875	303 710 91 197 029 507 832 419 504 4260 471 636 655 778 617 330 136 923 743 639 708 811 0		435		2 2 1 7 7 2 2 1 1 3 3 3 3 3 5 5	9 964 3 914 5 2618 8 851 1 7111 6 3917 1 655 1 200 3 800 6 733 954 255 5 814 7 12 2 311 2 7111 1 600	1 705 2 2 3 443 443 4 739 6 498 6 227 6 189 986 6 611 2 093 0 804 0 687 2 011 3 287 4 875 6 825 6 1 827 1 175 3 835 0 999 1 255 0				322 16 83 8 8 2 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	750 582 607 948 084 624 087 861 065 950 441 536 675 675 675 675 675 675 441 582 974 431	050 33 753 965 897 9365 548 979 365 548 979 365 694 878 314 6687 472 771 005 048 744 088 8811 669	
ORGÃOS SSEMBIÉIA LEGISIATIVA		29 12 75 7 22 1 1 4 26 11 1 17 3 16	915 052 19 430 295 239 055 659 448 841 634 285 001 320 253 330 524 001 091 837	303 710 91 197 029 507 832 482 419 504 260 471 636 655 778 617 330 136 923 743 639 708 811 0		435		2 2 1 7 7 2 2 1 1 3 3 3 3 3 5 5 1 1 10 0	9 966 3 914 5 266 8 100 6 399 7 1 653 1 590 1 200 3 803 6 733 956 257 536 6 814 7 12 2 313 2 711 1 60 9 823	1 705 2 2 2 3 443 4 739 9 6 6 6 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1				322 166 833 8 8 2 2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	750 582 607 948 084 624 087 441 536 453 665 950 441 536 675 601 274 582 974	050 3 753 965 897 548 979 323 934 878 314 648 687 472 771 005 888 744 0 988 811 669 205	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda-RS.

NOTA: 1. Cálculos do autor. 2. Dólares com valores de dez./93.

⁽¹⁾ Para 1990, os dados da Brigada Militar não estavam disponíveis

10/1

Tabela 3

Participação de itens selecionados da despesa pública na receita própria líquida do Rio Grande do Sul — 1986-1993

ANOS	MANUTENÇÃO	PESSOAL.	INVESTIMENTO
 1986	10,29	83,65	14,20
1987	7,12	73,68	18,84
1988	7,43	60,65	14,35
1989	8,13	62,72	22,13
1990	13,25	81,04	26,52
1991	15,43	71,83	11,71
1992	13,55	68,18	15,10
1993 (1)	11,01	64,38	12,29

FONTE: Secretaria da Fazenda-RS.

(1) Os dados de 1993 são previsão.

Os resultados obtidos neste trabalho podem ser confirmados em Rech (1993). Esse autor elaborou outra série temporal para o período 1980-90, onde demonstrou os índices de emprego, de despesa com pessoal e de salário médio real anual do pessoal ativo na Administração Direta. Segundo Rech, os índices de emprego, de despesa de pessoal e de salário médio real decaíram de 108,52, 107,13 e 98,72 em 1987 para 104,78, 86,77 e 82,82 em 1988, respectivamente (Tabela 4).

O autor sugere, ainda, que, no período em foco, o poder de compra médio anual dos servidores ativos possui certa alternância bianual, isto é, decai nos dois primeiros anos de cada novo governo, voltando a elevar-se nos dois anos finais (Tabela 4, coluna C).

Com as informações adicionais obtidas para o período 1991-93, pode-se reavaliar tal hipótese de alternância bianual. Em termos totais, o agregado pessoal ativo, na Administração Direta, oscilou em torno de US\$ 1,5 bilhão, embora se registre forte redistribuição dentro da massa salarial repassada para cada uma das Secretarias de Estado e entre os Poderes. Isso significa que se adotaram políticas salariais mais severas para segmentos específicos do funcionalismo público, onde o poder de barganha estivesse mais reduzido (ver Calazans, 1993; Horn, Calazans, 1992).

Adicionalmente, cabe registrar a crescente participação dos Poderes Legislativo e Judiciário (principalmente Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas) em detrimento da participação do Poder Executivo. Esses percentuais podem ser vistos na Tabela 5.

De forma conclusiva, percebe-se que o desequilíbrio operacional decorre da incapacidade de a Administração Direta suprir suas necessidades de financiamento, na ordem de 2% do PIB estadual na década de 80. Estas ampliaram-se, no decorrer dos anos 80, numa conjuntura econômica onde as receitas tributárias declinaram em seu ritmo de expansão e o volume de gastos com pessoal foi crescente. As tentativas de equacionamento dos desequilíbrios adotam o ajustamento pelo lado da despesa pública, comprimindo despesas de custeio em termos reais, para acomodar a componente crescente do serviço da dívida.

Tabela 4

Índices de emprego, de despesa com pessoal e de salário médio real anual do pessoal ativo na administração direta do Rio Grande do Sul — 1980-90

	<u> </u>		
ANOS	ÍNDICE DE EMPREGO (A)	ÍNDICE DA DESPESA COM PESSOAL (B)	ÍNDICE DE SALÁRIO REAL (C)
1980	100,00	100,00	100.00
1981	104,56	111,31	106,46
1982	109,66	124.01	113.08
1983	113,18	115.02	101,63
1984	115,19	86,44	75,04
1985	112,22	116.75	104,03
1986	110,00	144,09	130,99
1987	108,52	107,13	98,72
1988	104,78	86,77	82.82
1989	104,11	107,54	103,29
1990	110,27	123,37	103,29

FONTE: RECH, Cesar A. (1993). Os salários dos servidores da administração direta do Rio Grande do Sul, 1980-1990. Porto Alegre: UFRGS. p.18-22.

NOTA: O indice tem como base a média de 1980 = 100.

Tabela 5

Participação percentual do agregado pessoal (valores brutos), por Poderes, no Rio Grande do Sul — 1987-93

DISCRIMINAÇÃO	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Poder Legislativo.	2,79	3,20	3,28	4,16	3,78	3,85	5,01
Poder Judiciário .	6,01	7,35	7,55	9,47	7,80	7,83	9,77
Ministério Público	1,56	1,91	2,06	2,65	2,40	2,46	3,03
Poder Executivo	89,64	87,55	87,12	83,72	86,02	85,75	82,19

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda-RS.

NOTA: Cálculos do autor.

Bibliografia

- CALAZANS, Roberto B. (1993). Política salarial no setor público. **Indicadores FEE**, Porto Alegre, v.21, n.1, p.39-54.
- HORN, Carlos H., CALAZANS, Roberto B. (1992). Por que os sinos dobram? Conflito trabalhista e salários do magistério público estadual, 1974-1991. **Análise Econômica**, Porto Alegre: UFRGS, v.10, n.18, p.63-81, set.
- HORN, Carlos H., RECH, Cesar Acosta (1993). Os salários dos servidores da administração direta do Rio Grande do Sul, 1980-1990. Porto Alegre. (mimeo).
- RECH, Cesar A. (1993). Os salários dos servidores da administração direta do Rio Grande do Sul, 1980-1990. Porto Alegre: UFRGS. (monografia).
- RUIZ, Lourdes B. (1992). Um estudo sobre o poder aquisitivo dos funcionários públicos pertencentes ao quadro geral e ao quadro de técnicos científicos do Rio Grande do Sul. Canoas: ULBRA.
- XAUSA, Tiago. A situação das Finanças Estaduais. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda/GOF. (Texto para discussão; mimeo).